

Credores exigem aval político para um acordo

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Os bancos credores exigem um "aval político" do Brasil para assinatura do acordo de curto prazo para renegociação dos juros vencidos neste ano (US\$ 4,5 bilhões). Este é o principal motivo da antecipação da reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) de quinta para segunda-feira.

Além de aprovar os termos do acordo pelo qual o Brasil se compromete a pagar US\$ 1,5 bilhão contra um refinanciamento de US\$ 3 bilhões, o CMN deverá quebrar o monopólio de fato da Caixa Econômica Federal na compra do ouro em postos especiais instalados nos garimpos, permitindo que outros bancos e instituições financeiras negociem diretamente com garimpeiros.

A devolução dos bancos estaduais sob intervenção aos seus governos, com a transferência do débito de Cz\$ 240 bilhões para com o Banco Central para o Tesouro Nacional também será analisada, assim como a utilização do OTN-fiscal para correção e tributação das debêntures e um grande número de permissões a Estados e municípios para que contratem financiamentos internos e externos.

EXIGÊNCIA

A exigência dos bancos credores para a assinatura do acordo, que deverá ocorrer na terça-feira, dia 15, foi confirmada, ontem, por funcionários

graduados que mantêm no Banco Central a principal base técnica de apoio às negociações conduzidas, nos Estados Unidos, por Fernão Bracher e o diretor da dívida externa do BC, Pádua Seixas.

A instabilidade política do País foi responsável pela exigência dos bancos, que já abriram mão do aval do Fundo Monetário Internacional (FMI) e não conseguiram a transferência deste aval a outras agências internacionais, como o Banco Mundial. Um governo que em dois anos teve três ministros da Fazenda e, nos últimos doze anos, sete presidentes do Banco Central levou os credores a exigir que as assinaturas que constarão dos contratos tenham validade e respaldo político.

Atentos à cena política e econômica do País e ao clima de instabilidade que cerca a própria permanência do atual ministro Luiz Carlos Bresser Pereira à frente da Fazenda, reforçaram as condicionantes dos bancos credores. Para substituir o apoio político partidário inviável, representantes do governo conseguiram manifestações de apoio a Bresser Pereira por parte da mais importante representação empresarial do País, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) através de seu presidente, Mário Amato (ainda que o diálogo deste com o ministro esteja particularmente difícil), e mesmo do governador de São Paulo, Orestes Quércia.